

3

Currículo escolar

Embora seja um dos elementos mais importantes dentro da teoria da educação, o currículo vem sendo encarado como um elemento de pouca importância. Em quase todas as discussões que envolvam questões relacionadas à educação não se menciona o currículo escolar como elemento relevante. Só é dada alguma importância ao currículo escolar quando se discute a inserção ou a eliminação de uma disciplina em um currículo já existente. Portanto, o currículo escolar é entendido como um elemento dentro da teoria da educação não merecedor de uma discussão mais aprofundada, mais séria (Moreira et al, 1995).

Numa visão mais aprofundada sobre o currículo escolar é importante observar que ele reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionados aos alunos de um determinado curso. O currículo deve ser encarado como elemento central do processo da educação institucionalizada.

Hoje existe uma grande distância entre a realidade vivida pelos alunos e os conteúdos que constituem os currículos escolares. Essa distância é ocasionada, principalmente, pelo processo de globalização a que a humanidade está enfrentando nos últimos anos e pelo aparecimento de novos meios e técnicas de comunicação que, a poucos anos, eram inimagináveis. Todo esse ambiente de modificações faz com que os currículos escolares reflitam uma realidade de um mundo social que não mais existe.

Mesmo dentro da educação institucionalizada existe um plano bem definido para a educação e para o currículo. Esse plano baseia-se na introdução de mecanismos de controle e regulação no interior da educação institucionalizada. Esses mecanismos de controle e regulação são instrumentos utilizados pela esfera da produção e do mercado, tendo como objetivo a obtenção de resultados educacionais que vão se ajustar às necessidades e especificações das empresas (SILVA et al, 1995).

A Metrologia, ferramenta de extrema relevância nesse contexto de globalização e competitividade por levar a ganhos de produção quando técnicas de medição são

adequadamente aplicadas, também é, através da Metrologia Legal, o instrumento mais legítimo de defesa do cidadão, principalmente no que diz respeito às medidas materializadas e aos instrumentos de medição empregados na área da saúde, como por exemplo os utilizados para medição da pressão arterial, da atividade elétrica do coração, dos níveis sanguíneos de colesterol e de vários outros parâmetros fisiológicos do corpo humano. O profissional da área de saúde baseia seu diagnóstico em resultados de medição confiáveis que possam garantir a redução da margem de erro na medição, evitando, assim, eventuais efeitos fisiológicos nocivos e mesmo letais ao ser humano.

A centralidade do conhecimento na vida social rompe com o paradigma segundo o qual a educação seria um instrumento de "conformação" do futuro profissional ao complicado mundo do trabalho. Disciplina, obediência, respeito às regras estabelecidas, condições até então indispensáveis para a inclusão social, perdem a importância frente aos desafios impostos pela economia globalizada, desenvolvimento tecnológico e social (MEC, 2002).

A sociedade atual, devido à revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresenta características que possibilitam assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Essa situação ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento passa a coincidir com os objetivos esperados na esfera da produção. Dessa forma o currículo escolar tende a sofrer forte influência da esfera produtiva.

O novo modelo origina-se da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessárias à inserção no processo produtivo. Admitindo tal correspondência entre as competências exigidas para o exercício da cidadania e para as atividades produtivas, recoloca-se o papel da educação como elemento de desenvolvimento social.

É de fundamental importância compreender que a aproximação entre as competências desejáveis em cada uma das dimensões sociais não garante uma homogeneização das oportunidades sociais. Há que se considerar a redução dos espaços para os que vão trabalhar em atividades, onde o conhecimento é o

instrumento principal, para os que vão continuar atuando em atividades tradicionais e, o caso mais grave, para os que se encontram excluídos do mercado do trabalho. Essa exclusão poderá sofrer atenuação através da criação de currículos que privilegiem áreas que estão em crescimento no momento, como é o caso da Metrologia.

Um outro dado a considerar diz respeito à necessidade do desenvolvimento das competências citadas acima tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais. A garantia de que todos desenvolvam e ampliem suas capacidades é indispensável para se combater a dualidade da sociedade, que gera desigualdades cada vez maiores.

As competências básicas citadas anteriormente referem-se à capacidade de: abstração; do desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos; da criatividade; da curiosidade; da capacidade de pensar várias alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento crítico; da capacidade de trabalhar em equipe; da disposição para procurar e aceitar críticas; da disposição para o risco; do saber comunicar-se; da capacidade de buscar conhecimento. Estas são as competências que devem estar presentes na esfera social, cultural, nas atividades políticas e sociais como um todo, e que são condições para o exercício da cidadania num contexto democrático (MEC, 2002).

Tomando como base o censo escolar 2003, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), da creche ao ensino médio, o Brasil tem 57.000.000 alunos matriculados. Desse total, 87% estão matriculados em escolas públicas. Hoje o contingente de estudantes na educação básica¹ corresponde a quase um terço da população brasileira. O censo 2003 também mostrou que o contingente de alunos matriculados na educação profissional na rede particular é maior que na rede pública, tomando como base os anos de 2002 e 2003. Esse resultado aponta para a necessidade de investimento na educação pública profissionalizante, principalmente em áreas em que exista demanda por recursos humanos.

No caso da Metrologia, as duas únicas iniciativas que têm como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio são públicas e funcionam no Estado do Rio de

¹ É formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Janeiro no Centro Federal de Educação Tecnológica de Nilópolis (CEFETEQ) e no Colégio Estadual Círculo Operário (CECO) em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Uma nova concepção curricular para o Ensino Médio Profissionalizante deve prestar contemporaneidade e, considerando a rapidez com que as mudanças têm ocorrido ultimamente na área da produção e do conhecimento, é necessário ter a ousadia de se conceber um currículo prospectivo (MEC, 2002).

Mesmo considerando os obstáculos a serem superados, uma proposta curricular que pretenda ser contemporânea deverá incorporar como um dos seus eixos as tendências apontadas para o século XXI, que é a crescente presença da ciência e da tecnologia nas atividades produtivas e nas relações sociais (ETFQ, 1998).

Comparando as mudanças significativas observadas nos séculos passados, como a máquina a vapor ou o motor a explosão, cuja difusão se dava de modo lento e por um longo período de tempo, os avanços do conhecimento que se observam neste século criam possibilidades de intervenção em áreas ainda pouco exploradas como a Metrologia, por exemplo. Podemos citar também os presentes avanços na medicina e outros mais, que fazem emergir questões de ordem ética merecedoras de debates em nível global. Em contrapartida, as inovações tecnológicas, como a informatização e a robótica, assim como a busca de maior precisão produtiva e de qualidade, têm concorrido para acentuar o desemprego no Brasil (MEC, 2002).

A transformação do ciclo produtivo, a partir da década de 40, provocou a migração campo/cidade. Houve uma diminuição gradativa, mas significativa, de emprego na agricultura. Atualmente, observa-se uma situação semelhante na indústria e isso ocorre não apenas em função das novas tecnologias, mas também do processo de abertura dos mercados, que passam a exigir maior precisão produtiva e padrões de qualidade de produção equivalentes a de países mais desenvolvidos (ETFQ, 1998).

A globalização econômica, ao promover o rompimento de fronteiras, muda a geografia econômica e provoca, de forma muito rápida, a transferência de conhecimento, tecnologia e informações, além de recolocar as questões da sociabilidade humana em espaços cada vez mais amplos.

A revolução tecnológica, por sua vez, cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante desse mundo globalizado, que apresenta vários desafios para o homem, a educação surge como instrumento indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da UNESCO, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras (MEC, 2002).